

O IMPACTO DO PAIC NOS RESULTADOS DO SPAECE 2010-2018 NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PEDRA BRANCA/CE

Hermano Heleno Soares Beviláqua*

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar os dados de proficiência do 2º ano do Ensino Fundamental do Município de Pedra Branca observados pelo Spaece no período de 2010 a 2018 em Língua Portuguesa. Considera para essa análise o contexto e as ações empreendidas pela Secretaria de Educação do município para gestão e uso dos resultados, procura compreender o uso dos resultados e seu impacto nas ações e desenvolvimento das políticas públicas locais. Para realizar essa análise, foram mobilizados resultados de proficiência no município de Pedra Branca/CE, mais especificamente as médias de proficiência e distribuição dos alunos por nível de proficiência no intervalo apresentado. Como resultado, levanta-se que o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic) se mostra importante para o sucesso dos resultados do município, assim como a mobilização e envolvimento da comunidade escolar, dedicação da gestão municipal da educação ao priorizar e conduzir as ações que o programa necessita para seu pleno funcionamento, auxiliado pela dimensão da rede que propicia atenção mais próxima e individualizada em cada intervenção que se mostre necessária, buscando a melhoria de pontos identificados como prioritários.

Palavras-chave: Spaece. Paic. Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

A educação está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma sociedade, pois ela é fundamental para a formação de cidadãos críticos. Por muito tempo, a educação formal foi privilégio de uma pequena parcela da população, atendendo aqueles que faziam parte de uma elite, intelectual ou financeira, dispendo de condições para financiá-la aos seus dependentes. Nas últimas décadas, a universalização da oferta da educação pública e a busca por qualidade tem sido motivadora de estudos e discussões, preocupação percebida, por exemplo, observando a fala de Silva:

(...) falar em administração ou gestão seria falar de políticas, de definição de estratégias, de determinação de objetivos, de alocação de recursos, e de implementação, acompanhamento, controle e avaliação do conjunto de ações que constitui o trabalho educativo, bem como de sua organização (SILVA, 1986, p. 95).

A discussão sobre a importância de se implantar um sistema de avaliação de larga escala no Brasil ficou mais intensa com a aprovação da Constituição Federal de 1988, levando o MEC a realizar o primeiro ciclo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que assume a responsabilidade da avaliação no ano de 1992. No ano seguinte, o Inep realiza o segundo ciclo de avaliação do Saeb que, deste momento em diante, realizar-se-ia a cada dois anos, se mostrando instrumento eficiente para embasar políticas públicas voltadas para melhoria da qualidade da educação (INEP, 2019).

* Secretário Executivo da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará Undime/CE (hermanobevilaqua@gmail.com)

Nesse contexto, compreendendo o cenário nacional, o Estado do Ceará cria o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaeece) em 1992. A princípio aplicado no município de Fortaleza/CE, se expande nos anos subsequentes para as sedes regionais e posteriormente atingindo os 184 municípios cearenses (Spaeece, 2018). O Ceará foi um dos primeiros estados a pensar em uma avaliação estadual própria, junto com Minas Gerais, movimento inovador à época, que demonstra preocupação com a avaliação da qualidade da educação. O sistema vem se mostrando essencial na política educacional do estado, provocando diversas ações importantes a partir dos diagnósticos e de debates em seu entorno.

Uma das políticas que nasceram a partir do Spaeece e de sua expansão, o Spaeece-Alfa, que é a avaliação anual, externa e censitária que foca a análise do nível de proficiência em leitura focada aos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental e conclusão do ciclo de alfabetização, foi o Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic), que veio a partir da constatação dos baixos resultados alcançados na alfabetização de crianças na rede pública de ensino do Ceará, de acordo com dados fornecidos pelas avaliações do Spaeece-Alfa e da Prova Brasil (MARQUES, RIBEIRO e CIASCA, 2008). Em 2007, a Secretaria de Educação do Ceará adota o Paic como política pública de estado, com a adesão dos 184 municípios cearenses, que veio a se tornar referência nacional de regime de colaboração entre estado e municípios, sendo inclusive inspiração para o nascimento do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Tendo em vista o cenário apresentado, o objetivo deste artigo é mapear os dados de proficiência em Língua Portuguesa dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental do município de Pedra Branca no Spaeece no período de 2010 a 2018, considerando as ações empreendidas pela Secretaria de Educação do município para gestão e uso dos resultados e, em específico, o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), procurando compreender o uso dos resultados e seu impacto nas ações e desenvolvimento das políticas públicas locais. O foco na análise dos resultados do município de Pedra Branca se justifica por conta da regularidade, sistematização e crescimento constante desses resultados, que levaram o município a ser destaque no estado do Ceará e no Brasil. O estudo se debruça sobre o recorte temporal supracitado e análise das médias anuais de proficiência em Língua Portuguesa medidas pelo Spaeece, assim como demonstra a distribuição dos alunos nos níveis de proficiência (não alfabetizado, alfabetização incompleta, intermediário, suficiente e desejável). Buscaremos observar as ações tomadas frente aos dados que se apresentaram na série histórica e compreender como o trabalho é conduzido pela equipe gestora para que possamos incorporar práticas bem sucedidas em outras redes municipais de ensino no estado e outros entes federados, contribuindo assim para um crescimento constante nos indicadores de alfabetização.

Desta feita, o artigo está estruturado em quatro seções. Além da introdução, que consta como primeira seção do artigo, a segunda seção apresenta uma contextualização da rede de ensino em que o objeto de estudo está inserido. A terceira seção se concentra na apresentação e análise dos dados obtidos a partir do mapeamento da série histórica dos resultados de proficiência colhidos no Spaeece nos anos de 2010 a 2018 do município de Pedra Branca/CE. A terceira seção também levanta uma reflexão sobre os motivos dos resultados do município se manterem em um nível de excelência durante quase uma década, analisando que ações resultaram nesse sucesso e quais podem servir de inspiração para outras gestões. Por fim, a quarta seção apresenta as considerações finais do artigo.

2 APRESENTANDO A REDE ESTADUAL DE ENSINO DO CEARÁ E DE PEDRA BRANCA

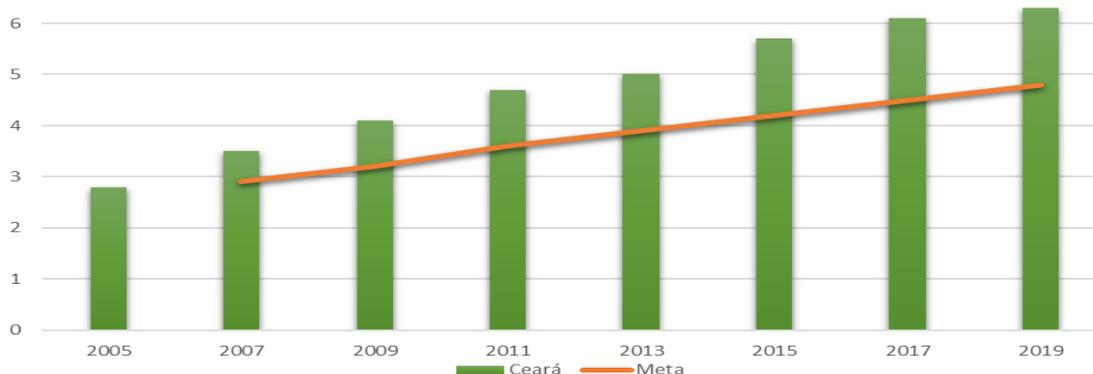
O Estado do Ceará com população estimada em 9,1 milhões de pessoas no ano de 2020 (IBGE, 2020), registrou segundo o último Censo Escolar em 2019 o número de 2,2 milhões de

matriculas na educação básica. Deste total de matrículas, 422.163 pertencem a Educação Infantil e 1,2 milhão ao Ensino Fundamental. Aproximadamente 97,7% dessas matrículas em rede pública é de responsabilidade das redes municipais. Já as matrículas de ensino médio (577.837) são 100% absorvidas pela rede estadual (CENSO, 2019).

A Rede Estadual de Educação do Ceará conta com 8,9% de um total de 7.985 escolas, onde 70,6% pertencem aos municípios, 20,1% à rede privada e 0,4% à rede federal de educação básica. Para atender 1.038 alunos matriculados em creches e pré-escola, 3.344 nos anos iniciais do EF, 18.219 nos anos finais do EF, 68.388 no EJA, 7.346 da educação especial. Há, ainda, 329.408 alunos matriculados no ensino médio, esses que são 77% de um total de 427.743 alunos sob a responsabilidade da esfera estadual, (IBGE, 2018).

O ensino fundamental no estado do Ceará vem se consolidando como referência no país. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) evidencia o avanço da qualidade nessa etapa de ensino ao mesmo tempo em que as suas metas são superadas desde 2007, como podemos observar no gráfico abaixo.

Figura 01 - Seria histórica do Ideb no estado do Ceará



Fonte: QEdu (2021).

Percebe-se que existe um aumento na distância entre a meta e os resultados, onde as barras verdes representam o índice alcançado pelo estado do Ceará ao longo dos anos avaliados e a linha laranja apresenta a meta traçada para o estado nesse período. Percebemos, então, que o estado estava com índice de 2,8 no ano de 2005 para 6,3 em 2019, um ritmo de crescimento quase duas vezes maior que a média brasileira com relação à etapa dos anos iniciais que, nesse mesmo período, passou de 3,6 para 5,7.

As redes estaduais e municipais trilham juntas um crescimento de longa data, que teve seu início em uma ação que aparentemente era de afastamento, isto é, a municipalização do ensino fundamental que iniciou-se em 1995 e tornou essa etapa quase inteiramente gerida pelos municípios. Segundo Napolini (2001, p. 176) “houve um movimento simétrico de crescimento da matrícula municipal (de 60,5% em 1996 para 77,8% em 2001) e redução da matrícula estadual (de 39,5 % em 1996 para 22,2% em 2001)”. O Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual da Educação, em regime de colaboração com os municípios, auxilia na formação, material estruturado, através do financiamento e acompanhamento técnico de programas e projetos voltados para melhoria da aprendizagem. Os municípios, por sua vez, absorvem a demanda das matrículas locais e auxiliam o estado com o transporte escolar do ensino médio.

A consolidação do movimento de municipalização da educação infantil e do ensino fundamental no final da década de 1990, muito alavancada pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1998, deu aos municípios autonomia financeira para gerenciar suas redes e trouxe para as gestões municipais a responsabilidade pela busca do crescimento dos indicadores educacionais. Ainda que a municipalização tenha se efetivado a partir dessa data, o estado não se omitiu no monitoramento das redes, trabalhando para desenvolver, na mesma época, um sistema de avaliação que pudesse auxiliar os municípios a monitorar os resultados das ações tomadas para melhoria dos níveis de aprendizagem dos alunos. Concluiu-se que havia necessidade da consolidação de uma avaliação local, com uma maior capilaridade, podendo retornar aos avaliados índices mais locais e precisos, o que poderia gerar ações mais pontuais para intervir quando necessário.

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaace) surge em 1992, em sintonia com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que nasceu dois anos antes, em 1990. O Spaace é fruto de pesquisas e estudos que aconteceram partindo da Secretaria de Estado da Educação (Seduc/CE) em regime de colaboração com outras instituições, fundações públicas e privadas e ainda universidades. Uma das experiências anteriores que foi fundamental para seu desenvolvimento foi o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino no Meio Rural do Nordeste Brasileiro (EDURURAL) que foi planejado em 1977 e coletou dados nos anos de 1981, 1983, 1985. Este, por sua vez, avaliava crianças de 2º e 4º anos do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa e Matemática. Mais de 600 escolas foram alcançadas, nos estados de Pernambuco, Piauí e Ceará. A avaliação chegou à conclusão, como citado por Vianna (2003, p. 162), de que existia “um quadro bastante dramático do Nordeste Rural, refletido pela situação igualmente trágica de seu ensino”. Essa avaliação inspirou a criação do Sistema de Avaliação do Ensino Público (SAEP) que posteriormente viria a dar origem ao SAEB com seu primeiro ciclo em 1991 se consolidando como primeira avaliação em larga escala em nível nacional. A Seduc/CE, por sua vez, em sintonia com a tendência nacional em prol das avaliações e com a experiência adquirida no primeiro ciclo de avaliação do SAEB, se dedicou a desenvolver o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar em 1992, que posteriormente em 1996 passa a se chamar Spaace.

O Spaace tem por característica, no seu primeiro momento, um olhar voltado ao rendimento escolar, no intuito de incentivar o nascimento de uma cultura avaliativa no Estado do Ceará, em concordância com o que fazia o SAEB na mesma época, segundo Júnior e Farias:

Tratam-se de duas histórias tão entrelaçadas em sua constituição que se torna inviável falar do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará – Spaace, sem que não tenhamos que fazer menção ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB (JÚNIOR; FARIAS, 2016. p. 533).

Logo, percebe-se que o Spaace e Saeb nascem em um contexto em que a avaliação foi apontada como algo imprescindível para o auxílio da melhoria da qualidade da educação pública, sendo que a relação entre as avaliações vai além da contemporaneidade, pois se deu de forma mais próxima ao se completarem no que concerne à necessidade de compartilhar experiências para sua implantação. Um exemplo desse percurso é a utilização da Teoria de Resposta ao Item (TRI) que foi adotada pelo Saeb em 1995 e posteriormente incorporada ao Spaace no ano de 2001. O uso da TRI, que ocupou o lugar da Teoria Clássica dos Testes (TCT)¹

¹ Teoria Clássica dos Testes (TCT) - A Teoria Clássica de Teste, possui como premissa básica que quanto mais acertos, maior o domínio do aluno em determinado assunto. Colocando o foco na quantidade de acertos do aluno, isto é, no valor final da nota.

na aplicação do Spaece, justifica-se por conta da TRI tornar possível a comparabilidade entre os resultados ao longo do tempo e, ainda, possibilitar foco no desempenho do aluno em cada item e no peso que cada item tem dentro da escala de proficiência, enquanto anteriormente, preocupava-se na quantidade dos acertos e não na qualidade deles. A figura abaixo detalha a organização dos padrões de desempenho no exame:

Figura 02 – Tabela padrões de desempenho e respectivos níveis de proficiência

Padrão de desempenho	Interpretação	Nível de proficiência
Não Alfabetizado	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho não conseguem realizar praticamente nenhuma das tarefas propostas no teste, o que indica que seus conhecimentos sobre a escrita são bastante rudimentares. Esses alunos ainda não reconhecem, por exemplo, como as letras podem ser utilizadas na escrita. Esse grupo necessita de intervenções pedagógicas que favoreçam sua familiaridade com situações nas quais a escrita seja utilizada com funções comunicativas reais para que possam se familiarizar com essa forma de representação.	Abaixo de 75
Alfabetização Incompleta	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho demonstram ter iniciado um processo de domínio e sistematização de habilidades consideradas básicas e essenciais à alfabetização. Já sabem que as letras são utilizadas para se escrever e sabem como a escrita se organiza na página. Além disso, leem com compreensão palavras formadas por sílabas no padrão consoante/vogal. As intervenções pedagógicas para esse grupo de alunos devem favorecer a ampliação de suas capacidades leitoras, especialmente a capacidade de ler com compreensão palavras formadas por padrões silábicos diversos.	75 — 100
Intermediário	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho demonstram um salto qualitativo em sua formação como leitores, pois já conseguem ler com autonomia palavras que apresentam padrões silábicos mais complexos e localizar informações em textos curtos, de vocabulário simples. Além disso, demonstram uma maior familiaridade com textos escritos, pois conseguem reconhecer a finalidade de alguns gêneros textuais de maior circulação. Para esses alunos são necessárias atividades que favoreçam sua percepção do texto como um todo, ou seja, de como as partes de um texto se relacionam na construção do todo.	100 — 125
Suficiente	Os alunos que apresentam esse padrão de desempenho conseguem realizar tarefas que exigem habilidades de leitura mais sofisticadas, pois começam a desenvolver habilidades de compreensão global do texto. Esses alunos podem ser considerados alfabetizados, embora ainda dependam de apoio de um parceiro mais experiente em leituras mais extensas. As intervenções pedagógicas para esse grupo de alunos devem favorecer a familiaridade com textos de gêneros variados e com situações sociais nas quais esses textos são utilizados.	125 — 150
Desejável	Alunos com esse padrão de desempenho conseguem identificar o assunto de um texto, o que indica que já estabelecem ligações entre as suas partes para chegar ao sentido global. Esses alunos, provavelmente, apresentam uma leitura mais autônoma, o que é importante para o prosseguimento de sua trajetória escolar.	150 e acima.

Fonte: Ceará (2010)

Segundo explica o boletim do Spaece-Alfa, divulgado anualmente pela Seduc/CE, a avaliação se organiza considerando a distribuição dos alunos em cinco intervalos na escala de proficiência, onde o aluno, avaliado com nível de proficiência abaixo de 75, é classificado como “Não alfabetizado”, entre 75 e 100 é considerado com “Alfabetização incompleta”, entre 100 e 125 é “Intermediário”, entre 125 e 150 é “Suficiente” e, acima de 150, está em um nível “Desejável”. Os alunos avaliados são posicionados através das proficiências que obtêm nos intervalos descritos. A tabela abaixo detalha as habilidades que se espera que o indivíduo em cada nível possua, essa informação sendo de fundamental importância para planejamento de intervenções pedagógicas focalizadas nas necessidades específicas dos alunos, tendo em vista que a capilaridade da avaliação permite observar cada município ou escola separadamente.

De acordo com o documento “*Paic: O pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia*” (CEARÁ, 2008), no ano de 2004, a partir de estudo feito pelo Comitê

Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, composto pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), com a União Nacional dos Dirigentes Municipais do Ceará (Undime/CE) e ainda com o apoio do Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), da Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Ceará (APDMCE), contando com a adesão de 40 municípios cearenses, foi produzido um relatório que apontava causas, efeitos e responsáveis pelos baixíssimos resultados alcançados. Com o resultado deste trabalho, deu-se início a uma ação coordenada pela APRECE, agora com a participação de 60 municípios, no ano de 2005, com o objetivo de atuar sobre as causas que levavam a este baixo desempenho.

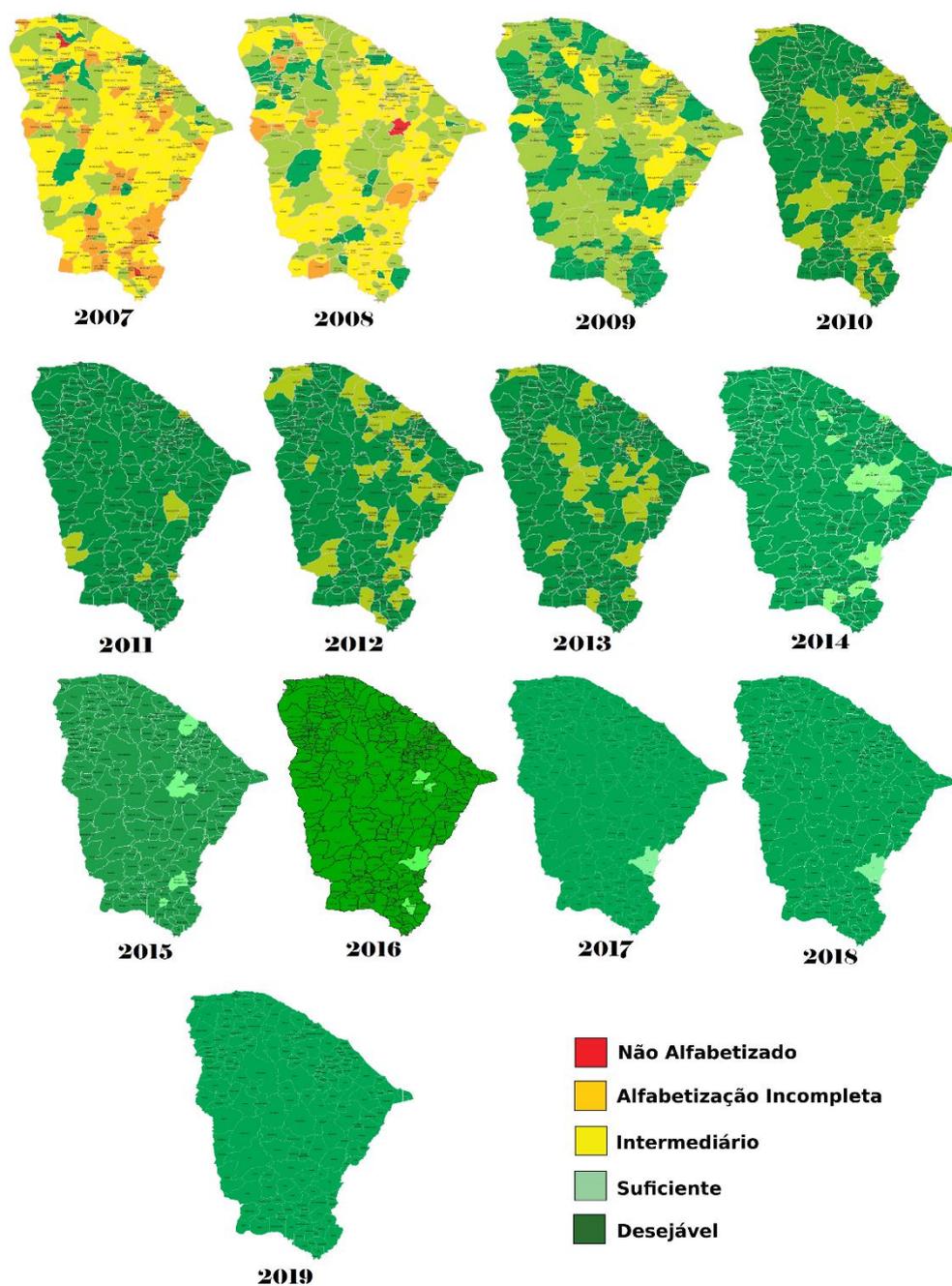
Logo no ano seguinte, 2006, Aprece e Undime/CE contando com o apoio do Unicef, assumiram junto aos municípios o compromisso de dar continuidade às ações do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, o que deu origem ao Programa de Alfabetização na Idade Certa (Paic). Neste ano de 2006, sessenta municípios cearenses firmaram o pacto do Paic em que os prefeitos assumiram compromisso de priorizar a alfabetização das crianças nas séries iniciais, foco do programa no 2º ano do ensino fundamental em função da percepção de que melhorias consistentes na qualidade do ensino fundamental se dariam mediante um satisfatório processo de alfabetização das crianças na idade adequada (MARQUES, RIBEIRO e CIASCA, 2008)

Esta ação pioneira e os ciclos anteriores do Spaece confirmaram a constatação feita pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar no que tange a grande dificuldade na alfabetização dos alunos no estado do Ceará. Isso provocou o aumento do alcance do Spaece, provocando em 2007 a criação do Spaece-Alfa, que é uma avaliação censitária para alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental, e tem a finalidade de avaliar o processo de alfabetização.

Diferentemente do Spaece, que avaliava até então o 5º, 9ºEF e 3ºEM, o Spaece-Alfa tem o propósito de produzir um diagnóstico de desempenho dos alunos que estão em processo de alfabetização, acompanhando seu desenvolvimento ao longo da trajetória escolar. Com isso, cada escola tem a oportunidade de reconhecer minuciosamente seus resultados para desenvolver ações específicas que impactem na melhoria do aprendizado, o que fortaleceu a construção de um indicador sólido e de qualidade sobre a habilidade de leitura de cada aluno da rede, tornando possível realizar comparações, por exemplo, com resultados da “Provinha Brasil”, que é a avaliação nacional equivalente, mostrando sintonia com o cenário nacional por terem ambas surgido no mesmo período. Esse processo foi motivador de ações para impulsionar a melhoria dos resultados de alfabetização aferidos pelas avaliações citadas, levando, no mesmo ano de 2007, o Governo do Estado do Ceará a assumir o Paic como política pública, com a adesão dos 184 municípios cearenses, programa que veio a se tornar referência nacional de regime de colaboração entre estado e municípios, sendo inclusive inspiração para o nascimento do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (MARQUES, RIBEIRO e CIASCA, 2008)

Conseguimos observar a evolução da alfabetização no estado do Ceará quando agrupamos lado a lado os mapas referentes aos níveis de proficiência do 2º ano do ensino fundamental. A situação observada após a primeira aplicação do Spaece-Alfa no ano de 2007 é de um estado com grande dificuldade em alfabetizar suas crianças. Porém, a adoção do Paic, a familiarização dos municípios com as rotinas do programa, a forte cooperação dos mesmos com o estado, gradativamente provocaram a evolução que visualizamos na figura. De 2007 a 2010 observamos forte presença do nível “Intermediário” no mapa inteiro, o que dá lugar ao nível “Suficiente” nos anos posteriores, chegando a atingir a totalidade dos municípios no nível “Desejável” em 2019.

Figura 03 - Mapa do Ceará por nível de proficiência dos municípios cearenses no Spaece-Alfa – 2007 a 2019



Fonte: Paic (2019).

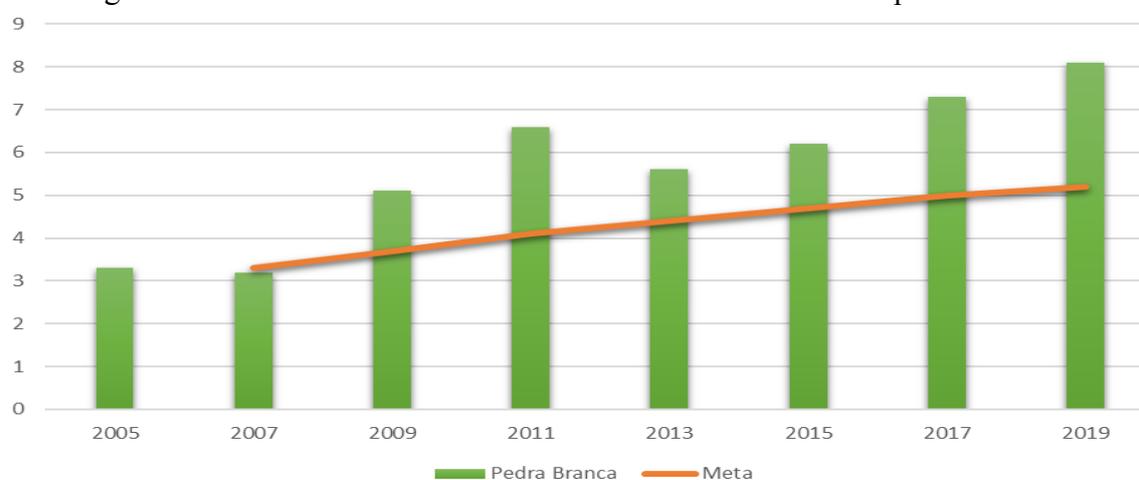
A partir desse contexto e tendo como base os resultados dos municípios do Ceará no Spaece-Alfa e minha atuação profissional na Undime, que acompanha de perto as ações desenvolvidas pela rede para essa etapa de ensino, foi feito o recorte da rede municipal de educação de Pedra Branca em específico para poder analisar os resultados dessa rede no Spaece-Alfa em profundidade. Em 2010, o município de Pedra Branca teve a maior média de proficiência para alunos do 2º ano do ensino fundamental no estado do Ceará aferida pelo Spaece-Alfa, e o padrão dos resultados da rede no exame se mostra consistente nos anos que seguem, estando constantemente entre as melhores médias de proficiência do estado. Nesse

sentido, observar a sua presença constante entre os destaques no Ceará justifica análise mais aprofundada de seus bons resultados assim como das ações que possibilitaram tal consistência durante o período de quase uma década.

Município de pequeno porte localizado no sertão cearense, Pedra Branca fica a 261 quilômetros de distância da capital, tem uma população estimada em 43.000 habitantes, conta com 8.056 alunos, distribuídos em 42 escolas, onde 780 professores atuam, sendo que 582 docentes concursados e 198 contratados, divididos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental II e II e EJA conforme informações do Censo escolar 2019.

O Ideb do município de Pedra Branca partiu, em 2005, de 3,3 e a primeira meta traçada para o município na edição seguinte (2007) foi de 3,3 pontos, porém o município não conseguiu alcançá-la atingindo 3,2 pontos. Os resultados obtidos a partir do ano de 2009 superam a meta como podemos observar na figura abaixo.

Figura 4 - Série histórica do Ideb anos iniciais do EF no município de Pedra Branca

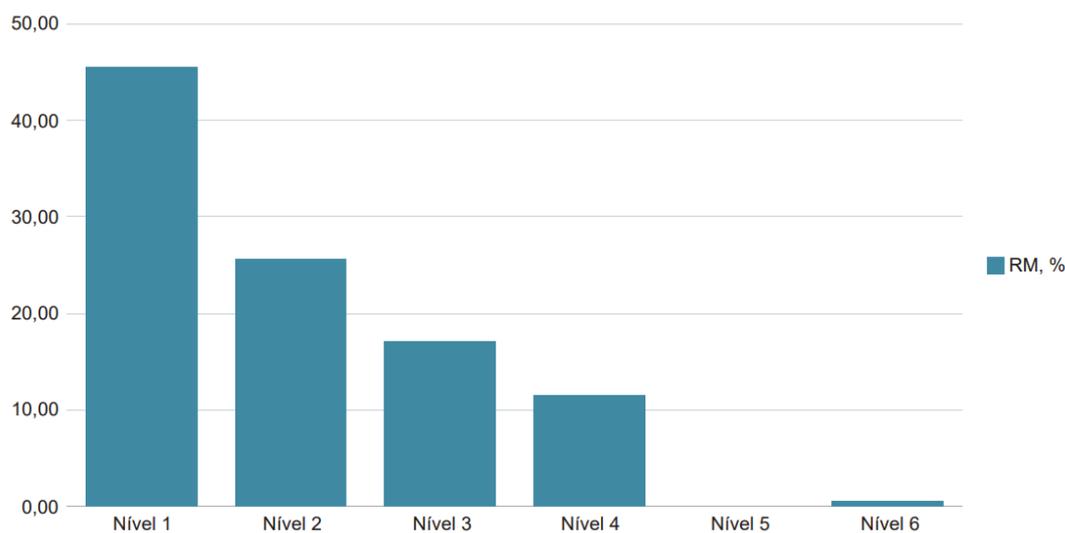


Fonte: QEdu (2021)

O Ideb do ano de 2019 no município de Pedra Branca se destaca por ter alcançado 8,1 de média, ficando entre os 15 municípios com o maior índice do estado do Ceará que conta com 184 municípios. Seu Indicador de Fluxo - indicador usado para medir a permanência do aluno na escola e assim como sua progressão – no ano de 2019 também merece destaque pois atingiu o máximo possível (1,00).

Uma outra importante característica do município é o sucesso do Indicador de Esforço Docente, disponível no Painel Educacional, plataforma com dados educacionais produzidos pelo Inep. Na rede municipal, cerca de 45,4% dos docentes trabalham em um único turno, escola e etapa e com no máximo 25 estudantes. Do total, de 70,9% dos docentes atuam em no máximo uma única escola, com um único turno e limitando-se a atender 150 alunos (INEP, 2020). O indicador de Esforço Docente do município para os anos iniciais mostra a tentativa bem-sucedida de evitar sobrecarga no exercício da profissão docente, durante o ciclo de alfabetização, o que sugere que o professor dispõe de mais tempo, que pode ser dedicado ao estudo e planejamento de sua aula (INEP, 2020).

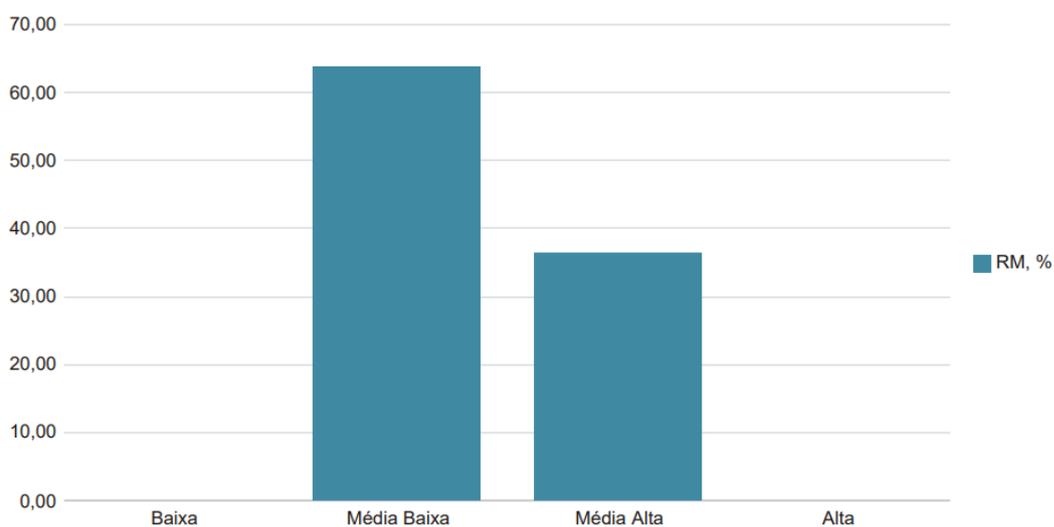
Figura 05 – Gráfico de Esforço Docente – Pedra Branca



Fonte: InepData (2021).

Outro indicador a ser observado é o de Regularidade Docente, que mensura o tempo médio de permanência do professor da rede municipal na sua unidade escolar. O município concentra seus resultados referentes a esse indicador nos níveis “Média Baixa” e “Média Alta”, o que demonstra que os docentes tiveram certo tempo para conhecimento da realidade local e aproximação da comunidade escolar, o que pode auxiliar na compreensão da cultura e costumes locais, levando a adaptação que pode ser proveitosa, do profissional ao local de trabalho.

Figura 06 - Gráfico de Regularidade Docente – Pedra Branca



Fonte: InepData (2021).

A solidez dos dados se repete quando visto o quantitativo inexistente de alunos não alfabetizados no município durante os cinco últimos anos da observação (2014-2018) e a evolução do número de alunos pertencentes ao nível de proficiência “Desejável”. Esses dados serão apresentados e analisados detalhadamente na seção seguinte.

3 ANÁLISE DOS DADOS DA PROFICIÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE PEDRA BRANCA

A importância das avaliações em larga escala no estado do Ceará se tornou evidente quando observado a busca das equipes municipais pela apropriação dos resultados obtidos por meio das avaliações aplicadas em território cearense. Esse conhecimento levou a gestão municipal a voltar as atenções aos pontos que precisam ser melhorados, muitas vezes obtendo avanços significativos com pequenas correções, como por exemplo voltando a atenção para a taxa de participação. A taxa de participação é um indicador usado para incentivar que o município promova a presença integral de todos os alunos nas avaliações, sendo composta pelo número total de alunos que participaram da avaliação dividido pelo número total de alunos matriculados nas turmas avaliadas.

Como observado no Boletim do Gestor Escolar do Spaece, publicado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed) (2018), a análise dos dados da taxa de participação tem grande importância, pois identifica em que medida os resultados são sólidos, já que por ser uma avaliação censitária, maior engajamento torna os dados mais fidedignos. No caso de a participação dos alunos de determinado município ou rede chegar a ser igual ou superior a 80% do total de alunos matriculados, se torna possível generalizar os resultados para todo o segmento que alcançou esse patamar por conta da sua alta representatividade (CAED, 2018).

Os números de participação do município de Pedra Branca evidenciados na tabela a seguir mostram grande representatividade, ficando claro o compromisso dos estudantes, gestão, unidades escolares e seus profissionais com a cultura avaliativa estabelecida no estado, assim como a avaliação local. O percentual de participação teve o patamar mais baixo da série histórica em 2012, com 96,7% considerada uma ótima participação e nos trazendo um número que permite generalizar os resultados, de modo que se pode desenvolver ações para toda a rede de forma unificada.

Tabela 01 - Taxa de participação Space-alfa – Pedra Branca – 2ºano EF – 2010 a 2018

Ano	Alunos previstos	Alunos efetivos	Percentual de participação ²
2010	646	658	101,9%
2011	658	676	102,7%
2012	646	625	96,7%
2013	502	519	103,4%
2014	529	544	102,8%
2015	640	658	102,8%
2016	505	496	98,2%
2017	472	488	103,4%
2018	442	455	102,9%

Fonte: SEDUC/CE (2021).

O Spaece-Alfa faz uso da Teoria de Resposta ao Item (TRI), em que a proficiência não é obtida apenas da quantidade de acertos, mas depende da dificuldade e da capacidade de discriminação dos itens que o avaliado acertou ou errou, onde a avaliação baseada nesse método permite que o aluno tenha suas habilidades aferidas fidedignamente. A TRI minimiza a situação do “chute” por parte do aluno e ainda gera maior balanceamento e padrão em níveis de

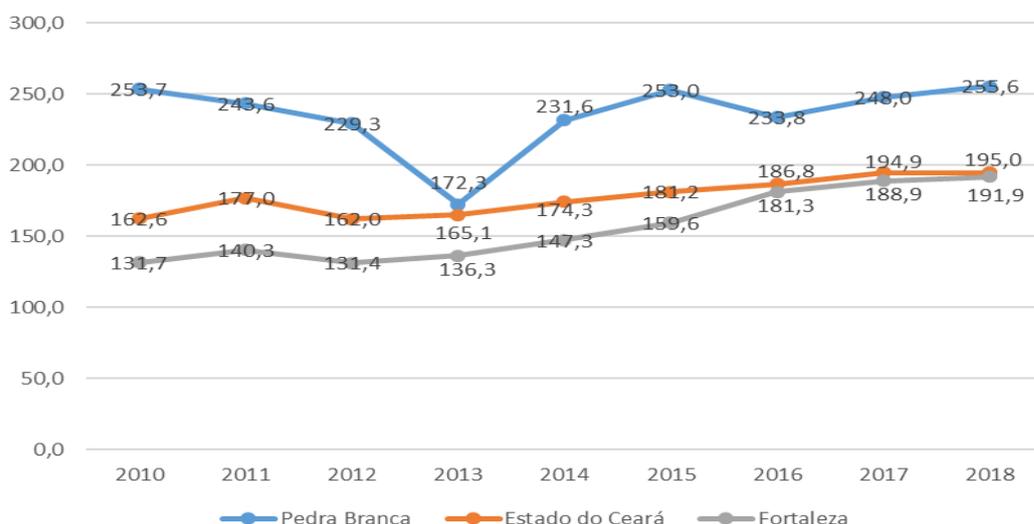
² O percentual maior que 100% se dá, pois a quantidade de alunos previstos existentes no censo foi ultrapassada pela quantidade de alunos que de fato realizaram a prova, explicadas pela ocorrência de transferências entre municípios, matrícula de alunos oriundos de escola particular, etc.

dificuldade entre questões, o que permite comparação de resultados entre diferentes redes e em diferentes recortes temporais (Spaace, 2015).

A “Proficiência Média” de uma rede de ensino é obtida através da média aritmética, primeiramente das turmas (somando as proficiências dos alunos e dividindo pelo número de alunos), posteriormente das escolas (somando a proficiência de cada turma e dividindo pelo número de salas avaliadas) e chegando ao município. Somando a proficiência média de cada escola e dividindo pela quantidade de escolas, o valor obtido é classificado em uma escala de nível de proficiência da qual falamos anteriormente. O gráfico a seguir apresenta os dados de proficiência média em Língua Portuguesa do 2º ano do estado do Ceará e dos municípios de Fortaleza e de Pedra Branca, em caráter comparativo. É possível perceber, no gráfico abaixo, que o município de Fortaleza em 2010 se encontrava no nível “Suficiente” com 131,7 de média de proficiência, onde permaneceu até o ano de 2014 com 147,3 de média.

Já em 2015, o município chegou ao nível “Desejável”, atingindo 159,6 de proficiência média, se estabelecendo até o fim do período observado em 2018 com 191,9 de proficiência média. No município de Pedra Branca é possível perceber que a proficiência média parte do nível “Desejável” já no ano de 2010 chegando ao valor de 253,7 - maior índice do estado no ano em questão. Nos anos que seguem (2011, 2012 e 2013), observa-se uma queda, com destaque para a passagem entre 2012-2013, em que o município sai de 229,3 e chega aos 172,3 de proficiência média, ainda assim se mantendo dentro do nível “Desejável”. No ano seguinte (2014), o município alcança 231,6 pontos de proficiência média, voltando a ser classificado entre as 25 maiores proficiências médias do estado. Nos anos seguintes, o município mantém estabilidade atingindo em 2018 sua maior proficiência média no recorte histórico estudado, os 255,6 pontos. Essa edição leva o município a ter a 5ª maior proficiência do estado do Ceará (CEARÁ, 2010).

Figura 07 - Proficiência Média em Língua Portuguesa, Ceará, Fortaleza e Pedra Branca – 2ºano EF – 2010 a 2018

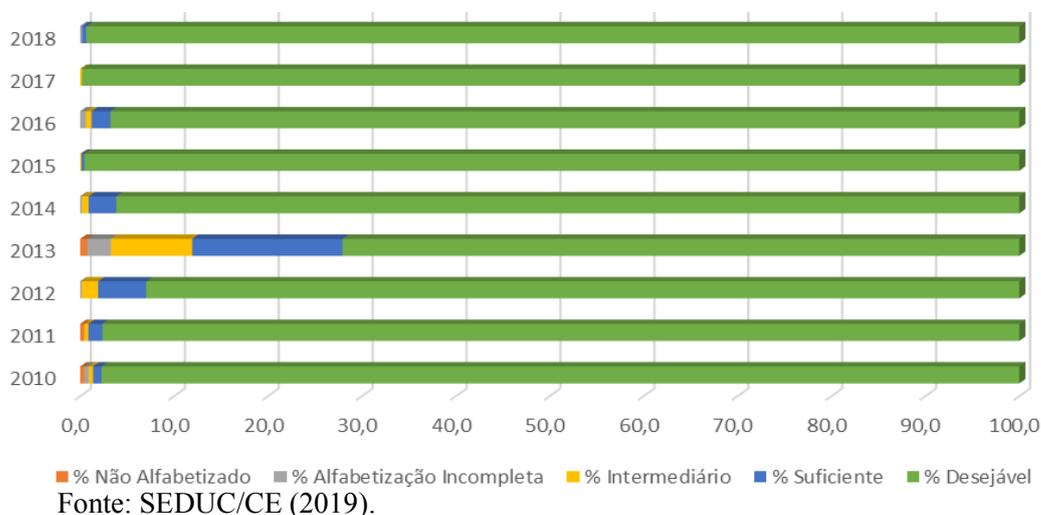


Fonte: SEDUC/CE (2019).

É importante observar que o crescimento do estado do Ceará e do município de Fortaleza seguem a mesma tendência, com um crescimento constante e tímido, ao mesmo tempo em que a linha que representa o município estudado destoa das demais, se mantendo descolada durante quase todo período observado, não alterando em nenhum momento o nível “Desejável” no que concerne ao Padrão de Desempenho adotado pelo Spaace-Alfa.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos alunos do município tendo como base os níveis de proficiência estabelecidos pelo próprio Spaace-Alfa.

Figura 08 - Distribuição dos alunos em níveis de proficiência dos alunos do 2ºano EF do Município de Pedra Branca/CE



Observando o gráfico, vemos a distribuição dos alunos nos níveis de proficiência: “Não Alfabetizado”, “Alfabetização Incompleta”, “Intermediário”, “Suficiente” e “Desejável”. No nível “Não Alfabetizado” se agrupam os alunos que não conseguem realizar praticamente nenhuma tarefa das que foram propostas no teste, indicando que são necessárias intervenções específicas para familiarizá-los com a forma de representação escrita. Nesse grupo, o município estudado conta com 03 crianças em 2010 e também em 2011 (o que representa 0,5% e 0,4% do total de crianças avaliadas), nenhuma em 2012 (0%) e agrupa 04 crianças em 2013, 0,8% do total. Nos anos subsequentes (2014-2018), não houve registro de crianças fazendo parte desse grupo.

No grupo com “Alfabetização Incompleta” estão as crianças que iniciaram a sistematização das habilidades e o domínio considerados básicos à alfabetização, o que indica que as intervenções devem focar na ampliação da capacidade de leitura com compreensão de padrões silábicos diversos. Nesse grupo, o município apresenta uma maior variação, com 03 crianças em 2010, nenhuma criança em 2011 e com 01 criança em 2012. No ano de 2013, em que foi registrado um resultado atípico no Spaece-Alfa para o município, 13 crianças (2,5%) ficaram nesse agrupamento de “Alfabetização Incompleta”. Nos anos seguintes, os dados evidenciam retorno à um quantitativo menor de crianças nesse grupo, com 01 criança em 2014, com nenhuma criança em 2015 e 2017, com 03 crianças em 2016 e com 01 criança em 2018.

No grupo considerado “Intermediário” estão os alunos com um salto qualitativo na sua formação como leitores e que leem com autonomia palavras com padrões silábicos mais complexos e localizam informações em textos curtos. As atividades indicadas para seu desenvolvimento são voltadas para que compreendam um texto como um todo, percebendo como partes de um texto se relacionam. Nesse grupo, o município mantém constantemente um índice abaixo dos 2%, excetuando-se o ano de 2013, como pudemos ver na Figura 07 onde a cor amarela se destaca com 45 crianças (8,7%) do total. Nos anos seguintes os índices voltam ao habitual, ficando zerado no ano de 2018.

No nível considerado “Suficiente”, estão as crianças que começam a desenvolver habilidades de compreensão global do texto, apresentando habilidades mais sofisticadas de leitura e podem ser consideradas alfabetizadas, mas ainda necessitam de apoio em leituras mais extensas. As atividades para desenvolvimento desse grupo devem trazer à familiaridade textos de gêneros variados. No grupo em questão, o ano de 2013 volta a mostrar destaque, chegando a contar com 83 crianças (16%), número que não é alcançado em qualquer outro momento.

Por fim, no nível “Desejável” estão as crianças que conseguem identificar o assunto de um texto, estabelecem ligações entre suas partes para chegar ao seu sentido global, provavelmente são mais autônomos em sua leitura, o que é de grande valia para seu desenvolvimento nos anos escolares que estão por vir. Nesse grupo, o município de Pedra Branca conta com 643 crianças (97,7%) em 2010, 659 crianças (97,6%) em 2011, 581 crianças (93%) em 2012, 374 crianças (72,1%) em 2013, 523 crianças (96,1%) em 2014, 655 crianças (99,5%) em 2015, 480 crianças (96,8%) em 2016, 487 crianças (99,8%) em 2017, 452 crianças (99,3%) em 2018. As barras verdes que representam a porcentagem de crianças no nível “Desejável” se destacam durante toda a série histórica, com aumento visível do nível “Suficiente” e “Intermediário” durante o ano de 2013, o que acompanha o gráfico anterior (CEARÁ, 2010). Observando os números referentes ao ano de 2013, podemos dizer que, em relação aos dados analisados, 2013 pode ser considerado como um ponto fora da curva, na medida em que os anos posteriores e anteriores demonstram a consolidação de bons resultados na avaliação. Esse resultado demonstra, inclusive, a importância de situar a análise de determinado resultado de avaliação externa dentro de sua série histórica, para que essa análise, avanços ou retrocessos sejam contextualizados a partir dos resultados dos municípios.

Analisamos que o Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic) se mostra como um dos atores principais na mudança de patamar na educação pública do estado do Ceará nos últimos anos. A sua estrutura foi organizada em cinco eixos: Gestão da Educação Municipal, Avaliação Externa, Alfabetização, Formação do Leitor e Educação Infantil, assumindo como objetivo primordial, “alfabetizar todos os alunos das redes públicas de ensino do estado até os 7 anos de idade”(CEARÁ, 2012, p. 17). Com linhas de ação que pressupõem um regime de colaboração entre estado e municípios e intervenções sistêmicas que têm como principal razão potencializar o alcance de bons resultados, as ações do Paic são realizadas nas Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) - polos da Secretaria de Educação espalhados pelo estado. São compostas por formações do Eixo da Alfabetização com a participação de professores alfabetizadores multiplicadores para turmas de 1º ano; formação direta de docentes alfabetizadores do 2º ano; produção de material estruturado para alunos do 1º e 2º anos, contando ainda com o acompanhamento pedagógico focado na prática em sala de aula (CEARÁ, 2012).

Outro eixo, da Gestão Municipal da Educação, foca no diagnóstico, planejamento e ampliação da cultura de acompanhamento escolar e ainda monitoramento dos indicadores, os municípios são ainda apoiados em processos das Secretarias Municipais de Educação (SME) como em organização de calendário ou nucleação de escolas. O Eixo de Avaliação Externa é essencial como instrumento para o desenvolvimento do ensino. Nele, é incentivada a proliferação de uma cultura de análise e interpretação dos dados, que são usados para formular e implantar formas de intervenção para buscar eficácia no aprendizado. O estado com o Spaece-Alfa ainda avalia o resultado final do processo de alfabetização (CEARÁ, 2012). O Eixo de Formação de Leitores busca estimular o hábito da leitura desde os profissionais da educação, por meio da criação de clubes de leitura nos municípios, até os alunos que contam com acervos adquiridos de editoras e edição de livros próprios feitos por escritores locais e também os cantinhos da leitura que estão presentes em salas de aula de Educação Infantil de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental (CEARÁ, 2012). O último dos cinco eixos é o Eixo Educação Infantil, em que o Paic usa principalmente três estratégias: formação de técnicos das secretarias para orientarem as formações da própria rede, auxílio na elaboração de propostas pedagógicas e orientação para ampliação da oferta de vagas, por meio de editais para construção de CEI (Centros de Educação Infantil) (CEARÁ, 2012).

O conjunto de iniciativas provocadas por cada um dos eixos do Paic forma uma rede de ações que se retroalimenta, fortalecendo em cascata todo o processo de alfabetização. O regime de colaboração é posto em prática em todas essas iniciativas, fortalecendo o sentimento de

unidade em prol da educação. No município de Pedra Branca, considerado de pequeno porte pelos seus 43mil habitantes, o Paic e suas ações mobilizam a totalidade dos gestores da educação municipal, parte significativa dos profissionais da educação e estudantes, assim como suas famílias, e levantamos como hipótese que a condição do município como de pequeno porte traz o benefício e a possibilidade de um acompanhamento mais próximo do processo de alfabetização, com o olhar de toda comunidade escolar, o que integra e torna natural todo o processo da busca pela constante melhoria da qualidade do ensino e da equidade que o programa almeja.

Além disso, ponderamos que a consistência dos resultados alcançados pela rede municipal de Pedra Branca também pode estar relacionado à participação da rede e da comunidade escolar no Prêmio Escola Nota 10. A criação do Prêmio Escola Nota Dez no ano de 2009 através da Lei 14.371 de 19 de junho propôs, principalmente, fortalecer a política de cooperação entre estado e municípios. O prêmio se trata de uma política indutora que valoriza a gestão dedicada à melhoria da aprendizagem dos alunos, em que o estado premia as 150 escolas públicas com melhor resultado no IDE-Alfa³. O valor do apoio financeiro para as escolas premiadas é calculado considerando R\$ 2.000,00 multiplicado pelo número de alunos avaliados, recebendo 75% desse valor, os outros 25% ficando condicionados a manter ou elevar o nível dos resultados no Spaece e apoiar tecnicamente uma escola parceira (apoiada). As escolas apoiadas são formadas pelo grupo de escolas com pior desempenho no IDE-alfa que recebem R\$ 1.000,00, multiplicado pelo número de alunos avaliados, usado para implementação de um plano de melhoria de resultados. Essas escolas recebem 50% do valor resultante desse cálculo e os outros 50% fica condicionado à elevação do seu IDE (CALDERON, RAQUEL e CABRAL, 2015).

No ano de 2009, primeiro ano de realização do Prêmio Escola Nota 10, o município de Pedra Branca classificou 05 escolas das 42 de sua rede entre as 150 melhores do estado. Para complementar o recorte histórico elegido, a figura abaixo apresenta o quantitativo de escolas que receberam o prêmio no período de 2010 a 2019.

Figura 09 - Série histórica de quantidade de escolas premiadas 2010/2018



Fonte: SME – Pedra Branca (2021).

Observamos que o município de Pedra Banca manteve escolas entre as 150 de maior proficiência do estado durante todos os anos da série histórica observada (2010/2018), somando 47 escolas premiadas em relação ao 2º ano do ensino fundamental entre 2010 a 2018. Verifica-se, também, que o ano de menor proficiência média do município (2013) foi também o ano em

³ Índice de Desempenho Escolar no 2º ano do Ensino Fundamental, que é obtido através do produto da Proficiência da Escola convertida para uma escala de 0 a 10, da Taxa de Participação no Spaece-alfa e do Fator de Ajuste para a Universalização da Alfabetização (que assume um valor de 0 a 100%, a partir da distribuição das crianças em cada nível de aprendizado).

que classificou menos escolas para o prêmio. Adicionalmente, é importante destacar que desde a criação dessa ação, Pedra Branca nunca teve uma escola apoiada (grupo de escolas com pior desempenho no IDE-alfa no estado). O evento em que acontece a premiação do programa reúne de 6 mil a 10 mil pessoas anualmente, entre Governador, Prefeitos, Dirigentes Municipais de Educação, Deputados, Professores e Alunos. É politicamente uma data importante para o município, causando repercussão local, valiosa para a continuidade dos esforços empreendidos pela gestão, dando respaldo às ações. Logo, é realizada grande mobilização para participação. (CALDERON, RAQUEL e CABRAL, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar os dados de proficiência em Língua Portuguesa dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental do Município de Pedra Branca no Spaece no período de 2010 a 2018, considerar as ações empreendidas pela Secretaria de Educação do município para gestão e uso dos resultados, procurar compreender o seu uso e impacto nas intervenções e desenvolvimento das políticas públicas locais. Tendo esse objetivo em perspectiva, foram apresentados os dados de desempenho da rede estadual do Ceará nas avaliações externas para contextualizar a situação do estado com relação à alfabetização e, posteriormente, os dados da rede municipal de Pedra Branca também foram problematizados, mais especificamente nos resultados do Spaece-Alfa.

Após a apresentação e análise dos dados, foi levantada a hipótese de influência do Programa Alfabetização na Idade Certa no sucesso da alfabetização no município de Pedra Branca, na medida em que suas ações demandam mobilização e envolvimento da comunidade escolar em torno do objetivo de alfabetizar as crianças, assim como a pequena dimensão da rede municipal tende a contribuir para o oferecimento de atenção mais próxima e individualizada de cada intervenção que se mostre necessária para o processo de alfabetização, buscando a melhoria de pontos identificados como prioritários. O contexto é comum a diversos municípios cearenses, o que leva à indagação sobre qual seria a diferença entre ações tomadas pelo município estudado e outros com características similares.

Os resultados indicam que em 2013 o município de Pedra Branca teve resultados atípicos no Spaece-Alfa, com considerável queda de rendimento, considerando a série histórica de resultados do município, fato que reforça a importância de uma análise contextual dos dados de avaliação externa. Este ano é subsequente à mudança da gestão municipal provocada pela eleição de 2012. A transição da gestão da Secretaria Municipal de Educação, troca de gestores escolares e realocação de professores em novas unidades escolares, impactaram na rotina que vinha sendo adotada anteriormente, o que cogitamos ser a principal causa da queda no rendimento no período. Porém, a recuperação dos níveis alcançados anteriormente veio no ano seguinte (2014) e se manteve nos anos seguintes.

Os resultados do município se destacam mesmo comparados a outros semelhantes no estado. O Paic incentiva e auxilia com o olhar constante sobre os processos, formação de professores, uso do material estruturado, estudo e interpretação pedagógica, assim como monitoramento individual de resultados das avaliações dos alunos da rede, mas para alcançar destaque e crescimento sistemático nas avaliações ao longo da série histórica, o município acrescentaria projetos e ações próprias para toda a rede ou de iniciativa das escolas, o que não ficou evidenciado neste estudo.

Nos materiais produzidos pela Secretaria de Estado da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação de Pedra Branca, nada encontramos que identifique as ações próprias desenvolvidas pela rede municipal que se somem às propostas do PAIC, salvo o compromisso de observar rigorosamente as orientações emanadas da equipe central de gestão do programa estadual e a autonomia dada pela gestão municipal à equipe da SME para condução do mesmo,

para a lotação de professores com perfil considerado alfabetizador nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental, na formação constante e sistemática destes professores, bem como no envolvimento das famílias.

A Secretaria de Educação do Município foi procurada para identificar as ações propositivas da rede para o alcance dos resultados apresentados e a informação obtida foi a de que não existem registros locais destas ações, desafio ao qual se comprometeram a pesquisar e registrar, que em momento oportuno poderá ser apresentado para evidenciar o que foi produzido pelo próprio município, para além do que propunha o Programa de Alfabetização na Idade Certa, que por ser um programa de adesão, estimula a livre iniciativa e a criatividade municipal.

REFERÊNCIAS

- CALDERON, Adolfo Ignácio; RAQUEL, Betânia Maria Gomes; CABRAL, Eliane Spotto. *O Prêmio Escola nota 10: meritocracia e cooperação para a melhoria do desempenho escolar*. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000100021>. Acesso em 24/02/2021
- CEARÁ, 2012. Secretaria da Educação. Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem. Disponível em <https://www.aprendereditora.com.br/v2/midia/page/download/paic.pdf>. Acesso em 24/02/2021.
- CEARÁ. Secretaria da Educação. Boletim Pedagógico da Escola. Spaece – 2010 / Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd. Disponível em <http://docplayer.com.br/34929236-Boletim-de-resultados-da-escola-alfa-alfabetizacao-2-ano-do-ensino-fundamental-volume-iii.html>. Acesso em 01/02/2021.
- INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar 2019. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Resumo+T%C3%A9cnico+do+Estado+do+Cear%C3%A1+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/cf439961-7e1f-443b-bd83-68ea2984a5ed?version=1.0> Acesso em 24/11/2020.
- FREITAS, Dirce Nei Teixeira. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar 2007. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200011&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 20/10/2020.
- IBGE, 2018. Ranking escolar de 2018. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pesquisa/13/5908?tipo=ranking&indicador=5934>. Acesso em 31/01/2021.
- IBGE, 2020. IBGE Cidades e Estados. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>. Acesso em 24/11/2020.
- INEP, 2019. Histórico Saeb. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico>. Acesso em 22/11/2020.
- INEPDATA 2021. Painel Educacional Municipal. Disponível em https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&NQUser=inepdata&NQPassword=Inep2014&PortalPath=%2Fshared%2FPainel%20Educacional%2F_portal%2FPainel%20Municipal. Acesso em 21/02/2021.
- JÚNIOR, Antônio Germano Magalhães; FARIAS, Maria Adalgiza; 2016. “Spaece: Uma história em sintonia com avaliação educacional do Governo Federal”. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6168780.pdf>. Acesso em 20/12/2020.
- MARQUES, Claudio de Albuquerque; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima, Paic: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com

autonomia, Rev. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n.41, set./dez. 2008. Disponível em <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eac/arquivos/1458/1458.pdf>. Acesso em 22/11/2020.

NASPOLINI, Antenor, A reforma da educação básica no Ceará. 2001. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a06.pdf>. Acesso em 24/11/2020.

PAIC 2019. Mapas dos Resultados. Disponível em <https://paic.seduc.ce.gov.br/index.php/resultados/mapas-dos-resultados>. Acesso em 25/02/2021.

QEDU 2021. Dados do Ideb/Inep (2019). Disponível em <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em 21/02/2021.

SEDUC/CE 2019. Resultados Spaece Alfa. Disponível em <https://www.seduc.ce.gov.br/resultado-spaece-alfa/>. Acesso em 22/02/2021.

SILVA, J.F. Introdução ao simpósio “Situação geral: das críticas às propostas de ação”. In: Conferência Brasileira de Educação 3. Niterói, 1985. Anais... São Paulo: Loyola, 1986. p. 94-97.

SPAECE 2015. Boletim da Gestão Escolar – Spaece2015. Disponível em <http://www.spaece.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/09/CE-Spaece-2015-RG-RE-WEB.pdf>. Acesso em 23/02/2021.

SPAECE 2018. O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – O Spaece. Disponível em <http://www.spaece.caedufjf.net/o-sistema/o-spaece/#:~:text=O%20Sistema%20Permanente%20de%20Avalia%C3%A7%C3%A3o,da%20rede%20p%C3%ABblica%20do%20estado>. Acesso em 22/11/2020.

VIANNA, Heraldo, 2003. Contribuições de Heraldo Vianna para a Avaliação Educacional. Disponível em <https://elibrary.tips/edoc/estudos-em-avaliaao-educacional.html>. Acesso em 07/12/2020.